



# DIÁRIO

## da Assembleia da República

XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

## Sessão Solene Comemorativa do LII Aniversário do 25 de Abril de 1974

### REUNIÃO DE 25 DE ABRIL DE 2026

**Presidente:** Ex.<sup>mo</sup> Sr. [José Pedro Correia de Aguiar-Branco](#)

**Secretários:** Ex.<sup>mos</sup> Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)  
[José António Ribeiro de Carvalho](#)  
[Joana Fernanda Ferreira de Lima](#)  
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

## SUMÁRIO

Às 10 horas, entrou na Sala das Sessões o cortejo em que se integravam o Presidente da República, o Presidente da Assembleia da República — que saudaram, com uma vénia, os membros do Corpo Diplomático presentes —, o Primeiro-Ministro, os Secretários da Mesa da Assembleia da República, a Secretária-Geral da Assembleia da República, o Chefe do Protocolo do Estado, o Chefe da Casa Militar do Presidente da República, o Chefe do Gabinete do Presidente da Assembleia da República, a Chefe da Casa Civil do Presidente da República e a Diretora de Relações Externas, Relações Públicas e Protocolo da Assembleia Da República.

No Hemiciclo, encontravam-se já, além dos Deputados e Ministros, os Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça,

do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal Administrativo e do Tribunal de Contas, o Presidente da Câmara Municipal de Lisboa, o Procurador-Geral da República, o Chefe do Estado-Maior-General das Forças Armadas, a Provedora-Adjunta de Justiça, os Representantes da República para as Regiões Autónomas dos Açores e da Madeira, o Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma dos Açores, a Vice-Presidente da Assembleia Legislativa da Região Autónoma da Madeira, em representação do respetivo Presidente, o Presidente do Governo Regional dos Açores, os Conselheiros de Estado e os Chefes dos Estados-Maiores dos três ramos das Forças Armadas.

Encontravam-se ainda presentes:

Na Tribuna A, a mulher do Presidente da República, Dr.<sup>a</sup> Margarida Maldonado Freitas, a mulher do Primeiro-Ministro, Dr.<sup>a</sup> Carla Montenegro, a mulher do antigo Presidente da República António Ramalho Eanes, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, e a antiga Presidente da Assembleia da República Assunção Esteves;

Na Galeria I, o Corpo Diplomático;

Na Galeria II, os Presidentes do Conselho Económico e Social, da Associação Nacional dos Municípios Portugueses, da Associação Nacional de Freguesias e da Associação Nacional das Assembleias Municipais, o Governador do Banco de Portugal, os Chanceleres das Ordens Honoríficas Portuguesas, o Vice-Presidente do Tribunal Constitucional, os Juizes Conselheiros do Tribunal Constitucional, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal de Justiça, o Vice-Presidente do Tribunal de Contas, os Vice-Presidentes do Supremo Tribunal Administrativo, o Comandante-Geral da Guarda Nacional Republicana, o Diretor Nacional da Polícia de Segurança Pública, o Secretário-Geral do Ministério dos Negócios Estrangeiros, a Comissão da Liberdade Religiosa, a Direção da Associação dos ex-Deputados à Assembleia da República, o Presidente da Junta de Freguesia da Estrela, os ex-Conselheiros da Revolução, a Associação 25 de Abril, o Presidente da Associação Salgueiro Maia, o Patriarca de Lisboa e elementos da Comunicação Social;

Na Galeria III, os Secretários de Estado, a Secretária-Geral do Sistema de Segurança Interna, o Secretário-Geral do Sistema de Informações da República Portuguesa, os Deputados ao Parlamento Europeu, a Comissão Executiva da Estrutura de Missão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário da Revolução de 25 de Abril de 1974, o Presidente da Comissão para as Comemorações do quinquagésimo aniversário do 25 de Novembro de 1975, o Presidente do Conselho dos Julgados de Paz, o Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema Integrado de Informação Criminal, a Presidente do Conselho de Fiscalização do Sistema de Informações da República Portuguesa, o Presidente do Conselho Nacional de Procriação Medicamente Assistida, a Presidente do Conselho de Fiscalização da Base de Dados de Perfis de ADN, a Presidente do Conselho Nacional de Ética para as Ciências da Vida, o Presidente da Comissão Nacional de Eleições, a Presidente da Comissão de Acesso aos Documentos Administrativos, a Presidente da Comissão

Nacional de Proteção de Dados, o Presidente da Entidade Fiscalizadora do Segredo de Estado, a Presidente da Entidade Reguladora para a Comunicação Social, a Presidente do Mecanismo Nacional de Monitorização da Implementação da Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, a Presidente da Comissão Independente de acompanhamento e fiscalização das Medidas Especiais de Contratação Pública, a Presidente da Comissão para a Igualdade e Contra a Discriminação Racial, o 2.º Comandante Operacional das Forças Armadas, o Chefe do Estado-Maior Conjunto, o Comandante Naval, o Comandante das Forças Terrestres, o Comandante Aéreo, os Presidentes das Confederações Patronais, o Secretário-Geral da CGTP-IN, o Secretário-Geral da UGT, o Presidente da Associação de Deficientes das Forças Armadas, os Chefes do Gabinete dos Deputados Únicos Representantes de Partido, os Adjuntos do Presidente da Assembleia da República, os Chefes de Divisão da Assembleia da República, os antigos Secretários-Gerais da Assembleia da República e elementos da Comunicação Social;

Nas Galerias IV a VI, público convidado;

Na Tribuna C, os Adjuntos da Secretária-Geral da Assembleia da República, os Assessores do Presidente da Assembleia da República e os Chefes do Gabinete dos Grupos Parlamentares e do Ministro dos Assuntos Parlamentares;

Na Tribuna D, os representantes dos órgãos de comunicação social.

Constituída a Mesa, na qual o Presidente da República tomou lugar à direita do Presidente da Assembleia da República, a banda da Guarda Nacional Republicana, formada nos Passos Perdidos, executou o Hino Nacional, que foi igualmente cantado, de pé, pelos presentes.

Seguiram-se os discursos dos Deputados [Filipe Sousa](#) (JPP), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [João Pinho de Almeida](#) (CDS PP), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Rui Tavares](#) (L), [Mariana Leitão](#) (IL), [José Luís Carneiro](#) (PS), [André Ventura](#) (CH) e [Hugo Soares](#) (PSD), do Presidente da Assembleia da República e do Presidente da República (António José Seguro).

A sessão foi encerrada eram 12 horas e 6 minutos, tendo a Banda da Guarda Nacional Republicana executado o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.

*Após ter sido constituída a Mesa, a Banda da Guarda Nacional Republicana, colocada nos Passos Perdidos, executou o hino nacional, que foi cantado, de pé, pelos presentes.*

O Sr. **Presidente**: — Muito bom dia, está aberta a Sessão Solene Comemorativa do LII Aniversário do 25 de Abril de 1974.

*Eram 10 horas e 1 minuto.*

Vou dar a palavra aos representantes dos diversos grupos parlamentares e, para a primeira intervenção, tem-na o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP, Juntos pelo Povo.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Altas Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, antigos Presidentes da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: Há datas que não pertencem apenas ao calendário, pertencem à consciência de um povo. Abril não é passado, é pulsação. É memória viva nas mãos calejadas de quem lutou, no brilho dos olhos de quem sonhou, no silêncio carregado de significado de quem nunca desistiu. E quando evocamos os 52 anos desse tempo, em que a coragem venceu o medo, não o fazemos por nostalgia, mas por responsabilidade e também por gratidão: gratidão por aqueles que ousaram acreditar que Portugal podia ser mais justo, mais livre e mais humano.

Abril ensinou-nos que a liberdade não é um dado adquirido. É uma construção diária, exigente, imperfeita, mas profundamente humana. Foi nas ruas, nas vozes simples, nos gestos anónimos que se ergueu um País que recusou continuar calado: um País que escolheu falar, escolher, existir com dignidade; um País que aprendeu a levantar-se, mesmo depois de tanto tempo de silêncio e opressão.

Hoje, porém, somos confrontados com novos desafios, e eles vão exigir de nós a mesma lucidez e coragem. Vivemos tempos em que a facilidade do ruído tenta substituir a profundidade do pensamento; em que discursos de ódio, disfarçados de opinião, procuram dividir aquilo que Abril uniu.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

E não, não é indiferente, não é inofensivo. O ódio corrói lentamente, mas de forma implacável, os alicerces da convivência democrática e da nossa identidade coletiva, enquanto povo que sempre soube escolher resistir e reinventar-se.

A democracia não se fortalece na gritaria, nem na exclusão, nem na simplificação perigosa dos problemas complexos. Fortalece-se no respeito, na escuta, na empatia que nos permite reconhecer no outro um rosto, uma história, uma dignidade que não pode ser negada. E fortalece-se, acima de tudo, quando, mesmo na diferença, escolhemos a humanidade.

É precisamente aqui que Abril continua a interpelar-nos, porque Abril não foi apenas uma mudança de regime, foi uma mudança de atitude.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

Foi uma afirmação de valores que, hoje, mais do que nunca, precisamos de resgatar com clareza: o humanismo, a solidariedade, a justiça social e o sentido profundo de comunidade — valores que vivem nos pequenos gestos, no cuidado, na ajuda e na recusa de virar a cara à injustiça.

Vivemos também um tempo inquieto no mundo: conflitos bélicos que rasgam territórios, destroem vidas e colocam em causa aquilo que julgávamos ser garantido — a paz como horizonte possível. Assistimos com preocupação a dinâmicas de poder imperialista que atropelam soberanias, que impõem pela força aquilo que nunca pode ser legitimado pela violência.

É precisamente nestes momentos que mais importa afirmar quem somos. Portugal sabe, pela sua história, o valor da liberdade e o preço da sua ausência; sabe que nenhum povo deve ser julgado, silenciado ou

reduzido à vontade de outros; e sabe também que a paz não se constrói com armas, mas com diálogo, cooperação e respeito entre as nações.

É aqui que nasce a esperança. Não uma esperança ingénuo ou passiva, mas uma esperança firme, consciente e enraizada na nossa capacidade coletiva de fazer melhor, de aprender com o passado, de recusar o retrocesso, de construir pontes onde outros insistem em erguer muros. Não podemos permitir que o medo volte a ocupar o espaço da esperança, nem que a indiferença substitua a participação, nem que a liberdade seja usada como arma para negar a liberdade dos outros.

Por isso, Sr. Presidente, celebrar Abril, 52 anos depois, é mais do que lembrar, é escolher: escolher a sociedade que queremos ser; escolher se queremos alimentar divisões ou construir pontes; escolher se queremos unidade na diferença, construindo e reerguendo um Portugal moderno, da Madeira aos Açores, do Minho ao Algarve, e não apenas o Portugal das grandes cidades; escolher, acima de tudo, se continuamos dignos da herança que nos foi confiada. Porque Abril não é apenas um momento de história, é um compromisso, acima de tudo, com o futuro. Um futuro que, apesar de incerto, continua a depender de todos nós, da nossa coragem, da nossa humanidade, da nossa capacidade em acreditar que, mesmo nos tempos mais difíceis, vale sempre a pena escolher a liberdade, a dignidade e a paz.

Por isso, Abril vive, mas vive apenas se nós vivermos à altura do que nos ensinou, e é essa, talvez, a maior exigência da liberdade: merecê-la todos os dias.

Viva a liberdade, viva Portugal!

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e de Deputados do PSD.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção a Sr.<sup>a</sup> Deputada Inês de Sousa Real, do partido Pessoas, Animais e Natureza, PAN.

A Sr.<sup>a</sup> **Inês de Sousa Real** (PAN): — Ex.<sup>mo</sup> Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Ex.<sup>mos</sup> Srs. antigos Presidentes, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Srs. Capitães de Abril, Ilustres Entidades, Altas Autoridades, Distintos Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Abril foi, é e será sempre liberdade com compaixão.

Natália Correia escrevia na madrugada de Abril: «O alvoroço redobra-me a ansiedade. A iminência de ver florir por fora a Primavera que sempre trouxe dentro do meu amor à liberdade morde-me o coração como uma alegria insuportável.» Abril é esta liberdade, porque um povo recusou viver com medo, porque mulheres e homens saíram à rua com cravos na mão e disseram que nenhum regime tem o direito de calar, de prender, perseguir ou empobrecer o seu povo.

Foi o fim de uma ditadura, mas também o princípio de uma promessa: a promessa de que viver em liberdade é viver com esperança e dignidade. O fim de um País onde a pobreza era ainda tolerada e o trabalho infantil era estrutural; onde crianças cresciam sem proteção, sem voz e, demasiadas vezes, muitas vezes, sem dignidade. Foi o fim de um País onde as mulheres eram consideradas seres menores e onde a violência de género, mais do que tolerada, era parte integrante do próprio sistema.

É por isso que celebrar Abril não pode ser apenas recordar o passado. Temos de questionar-nos, todos os anos, se estamos a cumprir essa promessa — sobretudo quando cruzamos os 52 anos do 25 de Abril com os 50 anos da Constituição —, se somos sobressaltados pelo alvoroço da mudança e do progresso que arrebatava de ansiedade Natália Correia no seu peito.

Hoje, temos de ter a coragem de dizer que não, que ainda não estamos! Não estamos, quando falta uma casa para viver; quando o salário não chega ao fim do mês; quando se desiste do sonho de estudar; quando não se consegue constituir família; quando se trabalha cada vez mais para se viver cada vez menos e mais só; quando o tempo, esse bem tão precioso, é consumido pela precariedade, pela ansiedade e pela sobrevivência. Não estamos a cumprir Abril quando deixamos para trás quem cuida e quem precisa de proteção.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Distintos Convidados, não estamos a cumprir Abril quando, tantas vezes, as mulheres continuam a viver com medo e a perder a vida dentro da própria casa, quando tantas crianças continuam a ser vítimas de violência, abuso sexual ou negligência e as pessoas idosas, ou mais vulneráveis, continuam a ser deixadas para trás e não a encontrar as respostas de que precisam.

Quando se derrubam bandeiras, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, e o ódio, a agressividade e a humilhação ocupam o lugar do diálogo e do respeito pela igualdade e diversidade, também não estamos a cumprir Abril. Quando há animais a sofrerem às mãos impunes da crueldade e indiferença ou quando a liberdade não é sinónimo de jaulas e arenas vazias ou correntes quebradas, também não cumprimos Abril. Quando depredamos vorazmente a natureza que nos acolhe, que é a nossa casa comum e protege o nosso futuro, Abril fica também para trás.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Distintos Convidados, Abril falha quando permitimos que outras formas de violência, menos visíveis, mas igualmente corrosivas, prevaleçam: a violência da palavra, no discurso, na forma como olhamos para quem pensa diferente, na forma como tratamos o próximo. Recordo que os tempos de Abril foram os tempos em que Francisco Pinto Balsemão e Mário Soares se sentavam à mesma mesa para jantar. Não apesar das diferenças, mas, sobretudo, por causa delas — por causa delas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados.

Hoje, demasiadas vezes, a política transforma-se num campo de batalha identitário. O populismo substitui o confronto de argumentos pelo choque de pertenças. Já não se procura convencer, procura-se esmagar. Já não há adversários, há inimigos, e, quando assim é, apontam-se as palavras como se fossem armas. Isto é o contrário do espírito de Abril, porque Abril é liberdade com compaixão.

O próximo Abril tem de ser celebrado como uma escola que eduque para a liberdade, sim, mas também para a empatia, para a cooperação e para o respeito. O próximo Abril tem de ser celebrado como uma sociedade em que a diferença não é uma ameaça, em que o outro não é um inimigo. Uma sociedade mais justa não se constrói pela competição de todos contra todos, mas pela responsabilidade de uns com os outros.

O próximo Abril tem de ser celebrado como uma sociedade progressista, de economia verde, forte e justa, inovadora, capaz de criar futuro, mas que respeite os direitos humanos e o limite do planeta, que proteja a natureza e que, verdadeiramente, não deixe ninguém para trás.

O próximo Abril tem de ser celebrado com menos violência — menos violência doméstica, menos violações, menos crianças vítimas de abuso, menos discriminação e intolerância — e, sim, com mais prevenção, mais proteção e mais justiça.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Ilustres e Distintos Convidados, Abril ensinou-nos que a liberdade não vive sem respeito, que a democracia não vive sem diálogo, que a justiça não vive sem coragem e que o futuro não se constrói com indiferença. Por isso, hoje, mais do que celebrar Abril, devemos comprometer-nos com esse Abril que florescia e fazia sobressaltar o peito de Natália Correia, um Abril com menos medo e mais segurança; com menos violência e mais cuidado; com menos pobreza e mais dignidade; com menos solidão e mais comunidade; com menos ódio e mais humanidade; acima de tudo, com menos insulto e mais diálogo; e menos resignação, claro está, e com isso mais esperança — porque é tempo de escolher o futuro que queremos.

Uma democracia que tolera a violência ou a discriminação em qualquer das suas formas começa a perder-se, assim, a si própria. Uma sociedade verdadeiramente livre não tolera a violência ou o sofrimento, seja ele humano ou também dos animais.

É esse o Abril que queremos honrar. É esse o Abril que queremos cumprir. E é esse o Abril que queremos deixar para as próximas gerações. É esse o Abril que queremos e que queria Natália Correia, de liberdade e de compaixão.

Viva o 25 de Abril, viva Portugal!

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE e de Deputados do PSD e da IL.*

O Sr. **Presidente**: — Tem agora a palavra, para uma intervenção em nome do Bloco de Esquerda, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Nem uma gravatinha?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, antigo Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr. Primeiro-Ministro e restantes Membros do Governo, Caros Capitães de Abril e membros da Associação 25 de Abril, que cumprimento e cuja presença agradeço —...

*Aplausos do PS, do L, do PCP e de Deputados do PSD.*

... e permitam-me também, que, na vossa pessoa, cumprimente todos os Deputados constituintes e honre aqui a sua memória, porque a dialética é a mesma, entre a Revolução e a Constituição, E todos os democratas vos devem um grande obrigado! —,...

*Aplausos do PS, do L e do PCP.*

... Distintos Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: A democracia tem uma característica difícil para os impacientes, obriga-nos a partilhar o País com pessoas de quem discordamos profundamente. Obriga-nos a ouvir, a debater e, pasme-se, a aturarmo-nos uns aos outros, mas a alternativa ao dever democrático de nos ouvirmos uns aos outros é a tragédia que Portugal já conheceu.

Esta tolerância da diferença não nos obriga, no entanto, à ingenuidade perante quem quer destruir o debate de ideias. O pluralismo constrói-se na elevação do confronto de ideias, não na sua degradação propositada.

**Vozes do CH:** — Ah!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A gritaria constante não é a coragem política, é apenas a coreografia cobarde do vazio. E este Parlamento não pode ser o espelho das nossas piores pulsões,...

*Aplausos do PS, do L e do PAN.*

... tem de ser um espaço onde a República se realiza, onde transformamos a vida do nosso povo.

Se despirmos os últimos 52 anos da habitual retórica de calendário, desocultamos os factos. E os factos, Srs. Deputados e Sr.<sup>as</sup> Deputadas, são insuportavelmente teimosos: este meio século de liberdade foi e é, de forma objetiva, o melhor período da história de Portugal.

*Aplausos do PS, do L, do PAN e do JPP.*

**Vozes do CH:** — Ui!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se quiserem, é a época áurea da nossa história coletiva. Não é uma opinião, são indicadores sociais, é a economia, é a saúde pública.

A nostalgia de um País onde supostamente havia ordem e respeito é uma falsificação grosseira. A ordem da ditadura era a ordem do medo. E o medo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, não cura doentes, não paga salários, nem ensina ninguém a ler.

*Aplausos do PS, do L e do JPP.*

A paz do Estado Novo, que ceifou a vida a milhares de jovens enviados para uma guerra colonial injusta, era a dos cemitérios e a do silêncio — claro! — de quem era privado de ter voz para reclamar.

Como tantas vezes alertou Natália Correia, é preciso ter a coragem de dizer a verdade. E a verdade do 25 de Abril não é a promessa irrealista de um País sem problemas. Não, muito pelo contrário! É a promessa de que temos as ferramentas e o mandato para os resolver. É, por isso, preciso dizer a verdade: sim, o nosso País tem muitos problemas, nenhum desses problemas é a liberdade.

É precisamente a liberdade que nos garante a capacidade de travar os embates mais duros e necessários sobre as nossas divergências estruturais: o desinvestimento no Serviço Nacional de Saúde, o cerco aos direitos do trabalho, a crise na habitação e o sufoco do custo de vida. Mas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Caros Concidadãos, debatemos todos estes problemas sem que a resposta do Estado seja a censura, a prisão de Caxias ou a tortura da PIDE (Polícia Internacional e de Defesa do Estado).

*Aplausos do PS, do L e do JPP.*

O projeto da nossa democracia é, e será sempre, o direito a viver melhor. O que está a falhar não é a democracia — nunca é a democracia!

A democracia permite o erro e o acerto, mas perante cada falha de um Governo, de um Deputado, erguem-se livremente múltiplas vozes de oposição e de alternativa. É o direito universal à crítica e à proposta, sem censura, sem polícia política, sem prisão arbitrária.

O erro pode residir em decisões concretas, mas nunca no facto de termos a liberdade de decidir; não no facto, claro está, de identificar erros, de os contestar e de os corrigir. Essa liberdade nunca é o problema, é precisamente o contrário — é a força da sua solução. É através dessa inteligência democrática que conseguimos converter a exaustão de um médico, de um professor, de um qualquer funcionário público ou a aflição de quem entrega quase todo o ordenado para pagar a casa numa força política de mudança, de fazer leis que protegem os portugueses e as portuguesas.

O 25 de Abril não é um museu de boas intenções. É uma oficina viva que exige as mãos de cada geração.

Jorge de Sena, na voz de Camões, avisou-nos de quem nos quer roubar as ideias, as palavras, as imagens. Recusou morrer sem saber a cor da liberdade. Cabe-nos hoje defender a liberdade de quem a quer sequestrar para oprimir e dividir.

Estamos por isso aqui, para o nosso turno desse trabalho que nunca tem fim. Sem medo, sem ilusões, mas sobretudo sem darmos um único passo atrás. «Em cada rosto, liberdade!» Viva o 25 de Abril.

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do PAN e do JPP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Alguém de jeito, finalmente.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.<sup>a</sup> Presidente Assunção Esteves, Srs. Membros do Corpo Diplomático, Entidades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Todos os anos, nesta cerimónia, celebramos o essencial, a liberdade e a democracia. Fazemo-lo com perspetivas diferentes, visões alternativas e, muitas vezes, opostas. Ainda bem! O 25 de Abril fez-se para que não houvesse pensamento oficial, não houvesse caminho único e não houvesse donos do regime.

Mas foi precisamente aí que começaram os problemas, desde logo porque o País sofreu a tentativa de imposição de uma cartilha oficial. Desde a primeira hora, a façção que dominava o MFA (Movimento das Forças Armadas) e o PCP tentaram condicionar o sentido da Revolução e o horizonte de liberdade que a mesma abria.

*Protestos do PCP.*

Depois, até a Constituição de 1976 veio consagrar, no seu preâmbulo, a abertura do «caminho para uma sociedade socialista».

**Vozes do CH**: — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E ainda durante o PREC (Processo Revolucionário em Curso), o regime foi conhecendo alguns donos, que pretendiam sequestrar a liberdade e impedir a consolidação da democracia.

Ou seja, Portugal viveu um período crítico no qual a verdade oficial era comunista, o caminho obrigatório era pró-socialismo e os donos do regime queriam impedir o livre exercício da vontade popular.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Hoje, como então, a única vontade soberana é aquela que se expressa pelo voto em eleições democráticas. Só assim somos livres e só assim vivemos em democracia.

Dirão alguns que tudo isto são resquícios históricos, largamente ultrapassados. Muito bem, mas então porque há tanto medo?

**Vozes do PSD:** — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque há medo de discutir a história, os factos e as suas interpretações?

**Vozes do PSD:** — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Porque há medo de questionar as verdades oficiais? Porque há medo de pôr em causa os donos do regime? Porque há medo de fazer reformas? Aqui, na Assembleia da República, porque há medo de celebrar o 25 de novembro?

**Vozes do CDS-PP:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nesta Câmara, porque há medo de rever a Constituição? E não só aqui, porque há tanto medo de fazer as reformas necessárias e urgentes?

Sabemos de onde vêm esses medos e reservas. Vêm dos que se apoquentam por de celebrar novembro aqui, na Assembleia da República, com a dignidade que o CDS sempre defendeu.

*Aplausos do Deputado do CH Filipe Melo.*

Nesse dia, alguns não vêm. Outros vêm com cara feia e há alguns que vêm carpir mágoas. Estão no seu direito, mas estão errados. Estão mesmo muito errados!

Pois nós vimos sempre a Abril, porque Abril não tem donos. Abril não é vosso, também não é nosso. Abril é do povo. Abril dispensa tutelas, guardiães e donos. Aqui, todos temos a mesma legitimidade para o assinalar.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Porque aqui não há Deputados mais representativos do que outros, não há maiorias mais aceitáveis do que outras, nem há Governos mais legítimos do que outros.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, sou da geração dos nascidos em democracia.

Em 2003, fui dos primeiros nascidos depois de 1974 a falar numa sessão solene do 25 de Abril. Naquele ano, preparava-se o alargamento da União Europeia a Leste. Estavam presentes, numa cerimónia como esta, os Presidentes dos Parlamentos dos oito países que, havia pouco, se tinham libertado da desgraça moral e material do comunismo. Sonhavam com uma vida nova e viam em Portugal um exemplo.

*Aplausos de Deputados do PSD e do CH.*

Mais de 20 anos depois, é útil comparar a evolução de Portugal com a desses países. Em 2003, Portugal tinha um PIB (produto interno bruto) *per capita* maior, um salário médio mais alto e uma produtividade superior aos de cada um desses países. Ou seja, há 20 anos, éramos mais produtivos e recebíamos melhor. Não admira! Estávamos a comparar-nos com países que tinham sofrido décadas de atraso sob o jugo do comunismo mais desumano. Não há outro, aliás!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas 20 anos passados, estando todos em liberdade e democracia, como evoluímos nós? O PIB *per capita* cresceu menos em Portugal do que em qualquer um dos países do alargamento; o salário médio também cresceu menos; e Portugal passou a ter uma produtividade inferior à de qualquer um daqueles países. Ou seja, em 20 anos passámos a ser menos produtivos e a ganhar pior.

Nada disto era inevitável. E nada disto pode ser isolado do facto de, durante mais de 80 % desses 20 anos, termos sido governados pela esquerda ou intervencionados graças à sua bancarrota.

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

Mas voltemos aos medos. Voltemos aos medos, porque precisamos de lhes dar resposta. Se queremos que a próxima geração se liberte deste marasmo, deste poucochinho, deste nivelar por baixo, temos de ter ambição de enfrentar esses medos. Não podemos ficar amarrados às políticas de esquerda que atrasaram o País. Não podemos ficar presos a estruturas que já não representam quem deveriam representar. Não podemos ficar limitados por taticismos partidários.

Precisamos de abrir as portas à liberdade — à liberdade verdadeira! Porque havemos de ter medo de avançar? Para nos libertarmos do que nos tolhe e atrasa, precisamos de reformas, precisamos de crescimento e precisamos de prosperidade. Já experimentámos o caminho do preâmbulo e não resultou.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Está na altura de ser a vontade do povo a determinar para onde ir. Porque o único dono de Abril é o povo, e o nosso povo espera de nós coragem, decisão e ação.

Pela nossa liberdade e por Portugal, sempre!

*Aplausos do CDS-PP, do PSD, do CH e da IL.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado Alfredo Maia, do Partido Comunista Português.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Presidentes do Tribunal Constitucional, do Supremo Tribunal de Justiça e do Supremo Tribunal Administrativo, Capitães de Abril, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Saudamos os militares que, naquela jubilosa madrugada de há 52 anos, fizeram imperar a voz da consciência numa demonstração do imenso valor da juventude, da audácia, da generosidade e da coragem com que tomaram nas mãos o estandarte da liberdade.

*Aplausos do PCP, do L e de Deputados do PS.*

Um tributo especial é devido aos incontáveis milhares e milhares de resistentes antifascistas, comunistas, outros democratas, católicos, estudantes, intelectuais, operários, empregados. Uma homenagem ainda aos combatentes dos movimentos de libertação nas colónias, irmanados na luta comum pela liberdade.

*Aplausos do PCP, do L e de Deputados do PS.*

Foi a luta dos trabalhadores, do povo, dos resistentes antifascistas que, em meio século de tenebrosa noite, foi iluminando as veredas que convergiram nessa alvorada e tornaram possível o levantamento do 25 de Abril, assim como a Revolução que o povo levou por diante.

Dezenas de milhares sofreram nas masmorras da PVDE (Polícia de Vigilância e Defesa do Estado), da PIDE, da DGS (Direção-Geral de Segurança), a maioria brutalizada por sevícias e torturas, muitos pagando

com a vida a luta pela liberdade e pela democracia. Manuel José Vieira, Alfredo Caldeira, Bento Gonçalves, Ferreira Soares, Germano Vidigal, Alfredo Dinis, Soeiro Pereira Gomes, Militão Ribeiro, José Moreira, Alfredo Lima, Catarina Eufémia, José Adelino dos Santos, José Dias Coelho, José Gregório, Cândido Martins, António Graciano Adângio, Estêvão Giro — e tantos outros mortos!

*Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.*

E foram milhões os alvos das vigilâncias e das devassas da PIDE/DGS e dos seus bufos.

Lembremos ainda as vítimas da longa e injusta guerra colonial: pelo menos 9000 mortos, 30 000 feridos, 15 000 deficientes entre os jovens portugueses mandados para uma guerra sem sentido; talvez mais de 85 000 mortos nos movimentos de libertação — 50 000 a 100 000 civis.

O País não era apenas pobre, atrasado económica, social e culturalmente, tolhido pela censura, pelo analfabetismo, pela malnutrição e pela mortalidade infantil. O País estava submetido à repressão brutal que nenhum democrata esquecerá, sujeito a uma ditadura fascista que alguns evocam ainda saudosamente. São os que não se conformam com a Revolução, os que insistem no ajuste de contas com o 25 de Abril e com as suas conquistas, os que procuram impor a sua narrativa revanchista.

Mas não há mistificações, saudosismos ou falsificações que apaguem os momentos exaltantes da Revolução que viraram a página e inscreveram as conquistas — políticas, económicas, sociais, culturais e civilizacionais — nas quais o povo tem um orgulho imenso e irrenunciável: as liberdades democráticas; o fim da repressão fascista e da guerra; o aumento geral dos salários e das pensões; o direito à greve e a proibição de *lockout*; o salário mínimo nacional; a liberdade sindical; a generalização do direito a férias e respetivo subsídio; o direito à habitação, à saúde, à educação; mas também as nacionalizações e o controlo público da banca, dos seguros, da energia, das comunicações, dos transportes, da construção e reparação naval e ferroviária; a reforma agrária; o acesso a estradas, a eletricidade, a comunicações, a redes de água e de esgotos; o poder local democrático.

Estas são, entre tantas, conquistas que os grupos monopolistas e as forças reacionárias tentaram travar...

**Vozes do CH:** Ah!...

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... pelo boicote económico, pela fuga de capitais, assim como pela força, com os golpes e tentativas de golpe. E também com os 600 ataques violentos — entre os quais, 310 à bomba, 136 assaltos e 58 incêndios —...

*Protestos de Deputados do CH.*

... contra sedes de partidos de esquerda e de sindicatos e até residências de democratas, perpetrados pelo ELP (Exército de Libertação de Portugal), pelo MDLP (Movimento Democrático de Libertação de Portugal) e outras organizações de extrema-direita, entre maio de 1975 e abril de 1977.

*Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.*

Até ao último minuto, tentaram tudo, mas não conseguiram impedir a aprovação, há 50 anos, da Constituição mais democrática da Europa.

Cinco décadas de políticas de direita, de contrarrevolução, atacaram direitos, desmantelaram serviços públicos, alienaram instrumentos essenciais ao desenvolvimento do País, submeteram a soberania nacional a interesses estrangeiros. É nesse trajeto de retrocesso que se insere o pacote laboral com que o patronato, o Governo e a direita, que o servem, pretendem esmagar os direitos dos trabalhadores e impor ainda mais exploração e injustiça — objetivo que os trabalhadores, com a sua luta, têm rejeitado amplamente.

Abril foi — e é! — Serviço Nacional de Saúde, escola pública, direito à habitação, direito das crianças, dos jovens, das mulheres, das pessoas com deficiência e dos idosos à dignidade. É justiça, liberdade, democracia e paz, salários, respeito por quem trabalha e produz a riqueza.

É necessário retomar esse rumo, derrotando o pacote laboral, travando a injusta distribuição da riqueza, enfrentando o galopante aumento do custo de vida e rejeitando o arrastamento do País para a loucura do militarismo e da guerra.

Cinquenta e dois anos após a radiosa madrugada de abril que resgatou os trabalhadores e o povo da opressão, e 50 anos depois das primeiras eleições para a Assembleia da República, reafirmamos aqui o compromisso com os valores dessa Revolução inapagável e com o projeto promissor que anunciou um Portugal mais justo, desenvolvido e soberano.

Viva o 25 de Abril!

**Vozes do PCP:** — Viva!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — 25 de Abril, sempre!

*Aplausos do PCP, do L, do BE e de Deputados do PS.*

**Vozes do PCP, do L e de Deputados do PS:** — Fascismo nunca mais!

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Tavares, do Livre.

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.<sup>a</sup> Presidente Assunção Esteves, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes — a quem peço o favor de enviar as nossas saudações, gratas e calorosas, ao Sr. Presidente Ramalho Eanes —,...

*Aplausos do L, do PS, do PCP, do CDS-PP, do BE, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.*

... Distintos Convidados das Chefias Cívicas e Militares, do judicial e eclesiásticas, do Corpo Diplomático, Caros Colegas Eurodeputados, também aqui presentes, Estimadíssimos Capitães de Abril e Membros da Associação 25 de Abril — muito obrigado! —...

*Aplausos do L, do PCP, do BE, do JPP e de Deputados do PS.*

... Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Caros Colegas, Caros Convidados, Caros Conciudadãos: Nós estamos aqui para lembrar, mas a parte mais difícil do exercício tem a ver com aquilo que nunca esquecemos porque nunca nos ensinaram. Não é estranho estarmos aqui a celebrar o 25 de Abril, 100 anos depois de termos perdido uma república, a falar do regime que o 25 de Abril depôs e nunca falarmos de como esse regime se iniciou? Não é estranho que essa memória não tenha sido transmitida?

Em parte, tem a ver com o próprio peso que a ditadura exerceu sobre a memória, sendo que 48 anos foram suficientes para compor uma narrativa à sua medida.

Eles e elas, há 100 anos, nesta Casa, não sabiam que viria aí a ditadura mais longa da Europa Ocidental — quando digo «eles», falo dos Deputados que estavam nestas bancadas; quando digo «elas», falo das operárias, principalmente mulheres, da indústria do tabaco, que na altura povoavam aquelas bancadas ali acima.

*O orador apontou para as galerias.*

Este Parlamento, naquela altura, estava há um mês para aprovar o novo contrato dos tabacos, que valia 10 % do orçamento nacional, e isso foi o suficiente para que todos os partidos estivessem desavindos e nenhum quisesse apoiar o Governo e que, a certa altura, o Presidente do Congresso da República de então decidisse que o Governo não viria mais ao Parlamento, tal era a forma ostensiva e agressiva como ele era tratado.

Deu isto, na altura, oposições e alianças bem estranhas: os anarquistas — que incluíam grande parte daquelas operárias, na altura, da Associação Voz do Operário e do jornal *A Voz do Operário* — estavam com

o Governo, porque queriam uma solução rápida, porque não queriam viver na precariedade; os nacionalistas, de Cunha Leal e Ginestal Machado, na altura, queriam entregar o monopólio, monopólio esse que depois a ditadura entregou a Alfredo da Silva — e antes a outros —, que, não por acaso, tinha o jornal que apoiou o golpe de Estado; o Governo queria a *régie* e, como disse, era apoiado pelos sindicatos; a esquerda queria o mercado livre.

A verdade é que ninguém se entendeu, e o Parlamento estava num caos quando vieram, não um, mas dois golpes no dia 28 de maio — um, de Braga, com Gomes da Costa, e outro, em Lisboa, com Mendes Cabeçadas —, ambos com promessas falsas de que o Parlamento não seria encerrado.

A promessa de que o Parlamento não seria encerrado durou três dias. No dia 31 de maio de 1926, deixámos de ter Parlamento legitimamente eleito durante 49 anos!

Era impossível, na altura, imaginar que isto sucederia assim. Era impossível imaginar que o próximo Presidente da República civil não seria Bernardino Machado, apesar de ele ter falecido com mais de 90 anos, depois de décadas no exílio, e não seria nenhum dos políticos que ali estava. Era impossível adivinhar quem seria, porque o próximo Presidente, civil, da República Portuguesa tinha na altura 1 ano e meio: era Mário Alberto Nobre Lopes Soares. E depois dele, durante 60 anos, só tivemos Presidentes da República militares.

A ditadura e, depois, o Estado Novo nasceram na corrupção e no clientelismo. Um dos correligionários de Salazar e de Cerejeira esteve envolvido na maior fraude financeira da história do País e uma das maiores do mundo: a fraude de Alves Reis, que canalizava o seu dinheiro para tentar comprar as ações do Banco de Portugal que permitiriam fazer daquele um golpe perfeito.

A ditadura militar nasceu na violência. Porque é que não temos aqui nesta colina, mesmo ao lado da nossa Assembleia da República, a lembrança das centenas de lisboetas que se levantaram, em fevereiro de 1927 — e demasiado tarde! —, naquela que ficou conhecida como a Revolta do Remorso, onde dezenas deles foram massacrados e houve centenas de feridos?

E quando digo que os lisboetas se levantaram demasiado tarde é porque seguiram apenas o que foi a coragem dos portuenses, que se levantaram nesse fevereiro de 1927, e que foram também massacrados com artilharia e com mortalha.

*Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS.*

E aí estavam — vejam só, também por isso era a Revolta do Remorso! — todos os políticos que tinham estado desavindos antes, porque depois tinham o remorso de terem deixado perder a República, de não terem tido sentido de responsabilidade e de memória suficiente para preservar a República, contra a ditadura que aí veio.

A ditadura foi violenta, foi repressiva, foi censória: 17 000 dias de censura! Começou quando ficaram abespinhados com o facto de a *Seara Nova* publicar um editorial em que dizia que os ditadores novos estavam a aprender a governar — e é verdade, houve três golpes dentro do golpe, só no primeiro mês. Esse artigo foi proibido e, a partir daí, só na tarde de 25 de abril de 1974 é que os jornais saíram sem serem primeiro visados por qualquer comissão de censura.

O momento decisivo dessa história deu-se no Terreiro do Paço. Deu-se quando, ali perto de onde foi o regicídio, ali perto de onde foi a noite sangrenta, um dos episódios mais violentos da nossa história, os canhões decidiram não disparar sobre os revoltosos. Esse momento, que fica lembrado para sempre na fotografia, de Eduardo Gageiro, de Salgueiro Maia mordendo o lábio, porque sabia que a democracia ia ganhar e que a Revolução estava ganha, é o momento decisivo da nossa história contemporânea.

*Aplausos do L, do BE e de Deputados do PS e do PCP.*

Compreende-se, por isso, muito mal que o Governo, depois de ter andado durante anos a adiar o projeto do Centro Interpretativo do 25 de Abril, que a Associação 25 de Abril tem levado por diante, tenha decidido deslocá-lo para a Pontinha.

O 25 de Abril merece estar no centro simbólico do nosso Estado.

*Aplausos do L, do BE, do JPP e de Deputados do PS.*

O 25 de Abril merece estar no sítio certo, no sítio decisivo da nossa história.

*Continuação de aplausos do L, do BE, do JPP e de Deputados do PS.*

E convido todos os nossos concidadãos a assinarem, em [abrilnositiocerto.pt](http://abrilnositiocerto.pt), a petição...

**Vozes do CH:** — Eh!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... para que tenhamos ali o museu nacional do 25 de Abril,...

O Sr. João Ribeiro (CH): — É uma loja *online*?!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — ... um museu vivo da democracia,...

*Aplausos do L, do PS, do PCP e do BE.*

... que será entregue à custódia da Associação 25 de Abril, para que se demonstre que o povo está com essa memória.

Caros Colegas,...

*Protestos de Deputados do CH.*

... Caros Convidados, Caros Concidadãos, naquele dia em que encerraram o nosso Parlamento, legitimamente eleito, durante 49 anos, um único Deputado, Lago Cerqueira, de Amarante, gritou «Viva a República», no que foi correspondido por muitos outros Deputados. Depois, encerraram-se as portas durante muitos meses, e quando foram reabertas foi para eleições que eram fraudulentas e, todas elas, roubadas, do princípio ao fim.

Lancemos hoje, nós também, o nosso grito de «Viva a República», mas em saudação da coragem daqueles que resistiram e do povo que está com a democracia e que vai sempre levar de vencida qualquer tentativa de impor mentiras, ou distorções, ou cravos geneticamente modificados perante a história do 25 de Abril.

*Aplausos do L, do PS, do PCP.*

Não tenhamos medo da história, confiemos na verdade e no nosso povo. Viva a República! Viva o 25 de Abril! Viva a democracia!

*Aplausos do L, de pé, do PCP, do BE e de Deputados do PS.*

O Sr. **Presidente:** — Tem a palavra para intervir a Sr.<sup>a</sup> Deputada Mariana Leitão, da Iniciativa Liberal.

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Ilustres Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Reunimo-nos uma vez mais nesta Assembleia para celebrar mais um ano da Revolução que pôs termo a uma ditadura e deu início a uma democracia.

Há 52 anos, o País despertou, entusiasmado, com uma esperança que se concretizou mais tarde, quando ficou garantido que Portugal faria parte das democracias liberais em que hoje nos revemos. O 25 de Abril de 1974 traduziu-se numa abrupta mudança política que o povo português já tinha iniciado.

A viragem de África para a Europa, o fim do império, o fim da guerra e a adesão a uma comunidade de Estados europeus não foi algo imposto por políticos e militares, mas uma escolha antecipada pelos

portugueses, que emigravam para a Europa, e por empresários que preferiam exportar para a Europa em detrimento de África.

Na verdade, os portugueses escolheram o destino europeu antes de o poder político o ter feito, antes de o Estado português o ter executado.

O 25 de Abril não foi uma imposição política. Foram os portugueses que o anteciparam da maneira que lhes era possível: indo embora, saindo, deixando de viver numa ditadura e escolhendo viver nas democracias europeias e liberais, democracias assentes na vontade popular expressa no voto e representada nos parlamentos dos diversos Estados europeus.

É hoje reconhecido que a Revolução portuguesa do 25 de Abril foi o início da terceira vaga da democratização que varreu o mundo até ao final do século XX.

São tantas as vezes em que nos lamentamos por já não estarmos na vanguarda do mundo que, quando isso sucede, não damos conta do feito que acabámos de fazer, do exemplo que demos, do caminho que indicámos, da esperança que plantámos, de como por um momento voltámos a ser pioneiros.

Mas reconhecer este feito é também reconhecer que, a partir de determinada altura, estagnámos, deixámos a dianteira, deixámos de ser um exemplo a seguir, de indicar um caminho. Voltámos a ser ignorados, um País esquecido, estagnado, inerte, um pântano que sempre se tornou num lamaçal de ressentimento, de invejas, de acusações fúteis, porque inúteis, de zangas infrutíferas, de desentendimentos frívolos, levianos e inconstantes que apenas alimentaram oportunistas, da esquerda à direita, que dão voz à zanga, mas não às soluções.

**O Sr. Mário Amorim Lopes (IL):** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão (IL):** — Foi perante a estagnação do seu nível de vida, foi perante a inação da classe política que os portugueses voltaram a fazer o que lhes era possível: foram novamente embora, para as democracias liberais, para as economias liberais da Europa. Esses portugueses não trocaram Portugal. Trocaram, isso sim, de governantes; trocaram, isso sim, de políticas.

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, este é o nosso desafio, o nosso papel, o sentido e razão de ser da nossa vida política, da nossa presença aqui, nesta Assembleia, hoje, 52 anos depois da Revolução que abriu esta Sala aos portugueses.

Abril não se fez para que nada mudasse; fez-se, precisamente, para que tudo pudesse mudar, sem medo e sem donos. Abril quis um País livre. Livre também de quem, em nome de Abril, pretende que nada mude.

*Aplausos da IL e do CDS-PP.*

Quando um jovem faz as malas e parte, não está a fugir de Portugal; está a escolher o país que Portugal ainda não foi capaz de ser.

Quando uma família paga uma consulta privada ou um seguro de saúde, não está a ter privilégios; está a pagar duas vezes pelo mesmo direito.

Quando os pais escolhem uma escola privada para os filhos, não estão a virar costas à escola pública; estão a recusar que o futuro dos filhos dependa de uma visão ideológica do Estado que não entendem.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão (IL):** — Quando um trabalhador aceita um contrato precário, não está a resignar-se; está a sobreviver no mercado que o Estado teimou em não reformar.

**Vozes da IL:** — Muito bem!

A Sr.<sup>a</sup> **Mariana Leitão (IL):** — Os portugueses já fazem, todos os dias, as escolhas que lhes são possíveis fazer. Agora, cabe ao poder político fazer o que lhe compete, o que só ele pode fazer: o que até hoje não fez!

Os portugueses já indicaram o caminho, falta agora a coragem política para os acompanhar.

Minhas Senhoras e Meus Senhores, honrar abril, novembro e todos os outros meses, que devem ser vividos em liberdade, é estar à altura desse exemplo; é ter aqui, nesta Casa, a mesma coragem que eles tiveram, é honrar o nosso passado, é honrar o futuro e a esperança de um povo que não se engana nas escolhas que faz e que, desta vez, não nos vai perdoar se nos enganarmos nas nossas.

Viva o 25 de Abril! Viva a liberdade! Viva Portugal!

*Aplausos da IL, de pé, e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra o Sr. Deputado José Luís Carneiro, do Partido Socialista, para uma intervenção.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Srs. Membros do Governo, bravos Capitães de Abril,...

*Aplausos do PS, do L, do PCP e do BE.*

... Deputados Constituintes, Dr.<sup>a</sup> Assunção Esteves, Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, demais entidades, Convidadas e Convidados: Como escreveu Manuel Alegre «foram dias, foram anos, a esperar por um só dia». Há 52 anos, logo que franqueada a porta da liberdade pelos Capitães de Abril, o povo português, num instante de luz, decidiu-se a mudar o seu próprio destino. Com as próprias mãos, transformámos um país amordaçado e adiado num país aberto ao mundo e de progresso, feito por todas e por todos os portugueses.

O 25 de Abril foi mais do que uma Revolução; foi um sobressalto moral que deu voz a todas e a todos, que devolveu o futuro aos jovens e que restituiu o valor dos ideais de vida em sociedade.

Comemoramos, por isso, hoje, a coragem dos que ousaram acreditar que a liberdade e a democracia eram possíveis. Hoje, comemoramos também os 50 anos da Constituição de 1976, que emprestou à Revolução a força da lei e a realização das primeiras eleições para a Assembleia da República, ato fundador da nossa democracia parlamentar.

*Aplausos do PS e do L.*

Durante a ditadura, o País via partir, todos os anos, milhares e milhares de jovens que fugiam clandestinamente à pobreza e à guerra.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E agora?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Em 1955, eram 25 000 os portugueses registados em França; nos anos 70, mais de 700 000,...

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — E agora?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... o que mostra bem a drenagem de tanta energia, de tanta força, de tantas gerações. Famílias que choraram as partidas de tantas e de tantos que não mais voltaram.

Muitos dos que partiram formam a nossa diáspora, viva e tão relevante, que hoje merece a nossa maior atenção, a nossa mais alta consideração. Pelo contributo que dá ao prestígio e à força de Portugal no mundo, é um dos ativos mais preciosos de Portugal e que exige, certamente, outra prioridade política.

Durante a ditadura, o País, teimosamente, persistia na guerra colonial e os jovens recebiam a guia de marcha que servia para combater numa guerra perdida e sem sentido. Perdida, porque a relação de forças num terreno geoestratégico e geopolítico global não deixava antever outra solução que não a da entrega do poder aos movimentos de libertação, e sem sentido, porque imoral, injusta e contrária ao princípio da autodeterminação dos povos, consagrado na Carta das Nações Unidas.

*Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.*

A solução tinha de ser política, nunca militar. E para ser pacífica deveria ter sido negociada logo após a II Guerra Mundial. A teimosia colonialista levou o País para 13 anos de guerra,...

*Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.*

... responsável por milhares de mortos e de feridos, e para sequelas que ainda hoje perduram na vida das famílias.

Por isso, uma palavra sentida para as famílias e para os antigos combatentes, vítimas de um regime anacrónico e impiedoso.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.*

*Protestos de deputados do CH.*

Depois do longo período do «orgulhosamente sós», Portugal apresentou-se ao mundo como um Estado de direito democrático e construtor ativo de uma ordem internacional baseada nos princípios da Carta das Nações Unidas.

O projeto europeu, liderado por Mário Soares e pelo PS, foi uma opção consciente de um líder visionário e de uma geração que viu na Europa a salvaguarda dos valores democráticos e do modelo económico e social capaz de retirar Portugal do atraso estrutural em termos económicos, culturais e sociais.

*Aplausos do PS e do L.*

Portugal redefiniu a sua presença no mundo. A cooperação e a diplomacia abertas sucederam ao isolamento internacional, uma visão que, aliás, inspirou a criação da Comunidade dos Países de Língua Portuguesa, nos anos 90. Foi prova do amadurecimento das relações com os povos com quem outrora tínhamos estado em guerra e um marco decisivo no reforço das relações de igualdade e fraternidade com todos os países de língua portuguesa — objetivo político de grande relevo que teve em Jaime Gama, Ministro dos Negócios Estrangeiros, uma palavra luminosa na cidade da Praia, em 1983, e, já no Governo de António Guterres, em 1996, a sua constituição. Fará 30 anos no próximo dia 17 de julho.

Sejamos claros: a nossa política externa tem de dar outra prioridade a este projeto coletivo, que tem de ser um dos motores na defesa da língua, da cultura e das relações de cooperação técnica e económica com a África, com a América e com a Ásia.

*Aplausos do PS.*

Alteraram-se a voz e o estatuto de Portugal no mundo. Empenhámo-nos no multilateralismo e numa ordem internacional sujeita a regras, como fundamento primordial da segurança coletiva. Só ela impede a tentação do império do mais forte e salvaguarda o interesse das nações mais pequenas. É a razão por que, além de uma opção moral, devemos estar sempre do lado do direito internacional e da Carta das Nações Unidas.

*Aplausos do PS e do L.*

Nunca, mas nunca, devemos esquecer que sempre que damos uma mão à guerra e nos tornamos cúmplices dela, também somos parte das suas vítimas.

A arquitetura constitucional, estabelecida em 1976, tem proporcionado décadas de estabilidade institucional, num quadro de liberdade e paz social sem paralelo na nossa história política. No entanto, sem prejuízo de outros aperfeiçoamentos, há um pilar que carece de obras de conservação e de reforma, que é o sistema judicial, desde logo para travar a crescente erosão da confiança pública no seu funcionamento.

A Constituição não é somente norma de organização do poder político, que deve ser estritamente respeitada pelas instituições e forças políticas. É também um quadro de valores e de princípios, que devem

ser fator de identidade coletiva, no quadro daquilo que Habermas, o grande filósofo alemão da democracia, há pouco falecido, chamou de «património constitucional», de património da nossa Constituição. Deve, por isso, ganhar outra centralidade a formação nos valores constitucionais, na disciplina de Cidadania lecionada nas nossas escolas. Só assim seremos capazes de combater a demagogia e o populismo que minam a democracia portuguesa.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

Abril devolveu aos portugueses o direito de pensar sem medo, de falar sem censura, de escolher quem governa e de pedir contas a quem governa. Mas as mudanças sociais e económicas também foram profundas: em 1974, o País era marcado pela pobreza endémica, metade da população rural vivia sem eletricidade, o analfabetismo ultrapassava os 30 %...

*Protestos do Deputado do CH Filipe Melo.*

... e o acesso à saúde e à educação era privilégio de poucos. O Serviço Nacional de Saúde, a Segurança Social pública, a educação pública e generalizada são conquistas civilizacionais.

A «possibilidade da esperança», de que falou Sophia, abriu-se com Abril e traduziu-se em políticas concretas: no nascimento de escolas, de centros de saúde e de hospitais, na eletrificação, nas redes de água e de saneamento básico, nas instituições de ensino superior, nos equipamentos culturais, sociais, desportivos e recreativos, mas, mais importante, na escolarização e na qualificação das pessoas, na redução da pobreza e das desigualdades, na esperança média de vida, nas taxas de mortalidade infantil.

Pouco a pouco, contando com a solidariedade europeia, Portugal aproximou-se dos indicadores médios de desenvolvimento dos países mais avançados. Temos orgulho por termos contribuído para o mais importante salto de qualificação dos portugueses alguma vez vivido na nossa história.

*Aplausos do PS e de Deputados do L.*

Apesar do caminho percorrido neste meio século, de que nos devemos orgulhar, há desigualdades que persistem e outras que se agravam, um crescimento económico débil e dificuldades às quais é necessário responder — o custo de vida em geral, e da habitação em particular, a instabilidade e a insegurança nas respostas da saúde —, o que mostra que a justiça social é uma conquista de todos os dias e não um legado cristalizado.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — O progresso económico só tem sentido quando serve as pessoas. A liberdade sem uma vida decente é incompleta. Abril continua atual nos desafios de hoje: na habitação, na saúde, na educação, no acesso à cultura e ao conhecimento, na economia e nos rendimentos e na promoção da coesão em todo o País.

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Precisamos de estimular o crescimento económico, mas tal não justifica a revisão dos direitos constitucionais dos trabalhadores, designadamente a proibição dos despedimentos sem justa causa,...

*Aplausos do PS e do L.*

O Sr. **Marcus Santos** (CH): — E a corrupção?

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — ... nem o destratamento dos imigrantes — afinal, um País de emigrantes! —,...

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

... de quem a nossa economia e os serviços sociais tanto carecem. Só podem contar com a nossa oposição às políticas em curso nesse sentido, porque nós somos a alternativa credível e de confiança para servir Portugal.

*Aplausos do PS.*

Hoje, vivemos tempos de incerteza global. As sociedades polarizaram-se. Crescem os populismos, os discursos do ódio, a desconfiança nas instituições. A melhor resposta a essas ameaças é lembrarmos e valorizarmos a mensagem de Abril.

Cumprir Abril é resolver de facto os problemas que atingem os nossos concidadãos. Cumprir Abril é permitir o acesso a uma habitação digna às jovens famílias, é criar condições para a sua realização pessoal e profissional. Cumprir Abril é aumentar os rendimentos dos trabalhadores e, no momento por que estamos a passar, ajudar as famílias a enfrentarem o brutal aumento do custo de vida. Cumprir Abril é garantir igualdade salarial entre homens e mulheres, é valorizar o papel da mulher na sociedade, a todos os níveis.

*Aplausos do PS e do L.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses: homenageamos aqui a coragem e a generosidade dos Capitães de Abril, que Salgueiro Maia tão bem soube protagonizar. Nós somos os herdeiros dessa crença, e há aqueles que, sendo filhos desta crença, a querem renegar.

Os portugueses sabem que podem contar connosco para defender esses valores e esses princípios,...

*Aplausos de Deputados do PS.*

... porque hoje não celebramos o passado. Hoje, assumimos um compromisso com o futuro, para o bem de todos. Hoje, é tempo de reafirmar, na Casa da Democracia, o sonho de um País cada vez mais livre, mais justo e mais solidário, como aponta o artigo 1.º da nossa Constituição.

*Aplausos de Deputados do PS.*

Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a liberdade não se oferece. A liberdade conquista-se! A democracia não é um prémio. Como disse Mário Soares, ela não tem pais, porque somos todos nós que a fazemos, todos os dias.

Viva o 25 de Abril! Viva Portugal!

*Aplausos do PS, de pé, do L, do PCP e do BE.*

O Sr. **Presidente**: — Tem a palavra para uma intervenção o Sr. Deputado André Ventura, do Grupo Parlamentar do Chega.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Vão começar os enfartes!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Presidente da Assembleia, Sr. antigo Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro, Srs. Membros do Governo, Altos Dignatários Cívicos e Militares, Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Hoje, celebramos o 25 de Abril, o dia que será, ou seria, da liberdade de todos. E por isso, por ser de todos, não é o dia dos Capitães de Abril. É o dia dos Capitães de janeiro, de fevereiro, de março, de maio, de junho, de julho, de agosto... É o dia de todas as Forças Armadas! De todas as Forças Armadas!

*Aplausos do CH.*

Não é o dia em que se celebram capitães de um mês, nem coronéis de outro mês. É o dia de todos: dos que estavam, à esquerda e à direita, dos que queriam um País diferente e um País de liberdade.

Por isso também nunca aceitaremos, neste Parlamento — nunca, porque nunca aceitaremos que o valor da liberdade seja reduzido! —, que aqueles que aqui vêm hoje e sobem a esta tribuna exaltem guerrilheiros que estavam a matar militares portugueses por todo o mundo.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Da nossa parte, quero que saibam que quem mata militares portugueses, quem mata autoridades portuguesas, não tem outro nome senão o de «assassino», e não nós nunca nos esqueceremos deles. Nós nunca nos esqueceremos deles.

*Aplausos do CH, de pé.*

Apunhalados pelas costas, assim fomos. Apunhalados pelas costas, assim fomos!

O Sr. **Francisco Gomes** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Exatamente!

O Sr. **André Ventura** (CH): — E agora percebemos: não, Dr. José Luís Carneiro, não foi só o impacto geoestratégico, não foi só a zona melhor ou pior do continente africano, não foi só o que era injusto e imoral. Fomos apunhalados pelas costas. Apunhalados pelas costas!

*Aplausos do CH.*

Apunhalados pelas costas, porque enquanto uns lutavam, outros louvavam os que os matavam.

**Vozes do CH:** — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto uns lutavam por um País, outros aplaudiam aqueles que matavam em nome desse País.

Da nossa parte, assumimos a nossa história como um todo: aquela que nos levou a além-mar e nos fez ser grandes, a luta pelo nosso território, o levar valores ao mundo inteiro, sem nunca achar que esta enorme nação começou numa madrugada de Abril. Esta enorme nação começou há muitos séculos atrás: uns com mais liberdade, outros com menos liberdade; uns com mais crescimento económico, outros com menos crescimento económico; sejamos francos, uns com melhores Deputados, outros com piores Deputados.

*Risos e aplausos do CH.*

Foi assim a vida da democracia. Foi assim a vida da democracia, foi assim a vida da nossa história.

*Continuação de aplausos do CH.*

Celebrar o 25 de Abril, Sr. Presidente e Srs. Deputados, de uma vez por todas, tem de ser assumir toda a nossa história. E como hoje aqui disseram, uma parte da nossa história são os que partiram — reconhecemos isso facilmente. Por isso eles ficaram sempre muito incomodados em ver-nos, ano após ano, a fazer grandes cerimónias do 25 de Abril, nesta Casa, com cravos e outras coisas, enquanto eles tinham de partir para a

Bélgica, para a França, para a Suíça, para os Estados Unidos, para o Canadá. Tanta festa, e eles tinham de partir à mesma!

Em nome deles e por eles, porque me foi pedido por eles também, este cravo verde é o símbolo da nossa comunidade emigrante no mundo inteiro.

*O orador exibiu um cravo verde feito em croché.*

*Aplausos do CH, de pé.*

É para eles que está aqui, para não nos esquecermos de que eles existem, que eles são portugueses e que nós não nos podemos esquecer deles.

*O orador colocou o cravo verde sobre a ornamentação da tribuna, composta de cravos vermelhos naturais.*

*Continuação de aplausos do CH, de pé.*

Cinquenta e dois anos depois, continuamos a perguntar-nos se devemos ou não ser o País das reformas. Que reformas devemos fazer? Que reformas a esquerda quer e não fez? Que reformas a direita quis e algumas instituições não deixaram? Que reformas vamos fazer? O que é que vamos aprovar no Parlamento?

Em tantas reformas que fazemos, para a frente e para trás, de esquerda e de direita, esquecemos sempre o mais importante: as reformas miseráveis dos que estão em casa e que vivem com pensões miseráveis, hoje em dia.

*Aplausos do CH.*

Talvez fosse nessas que uma classe política degradada e corrompida deveria ter pensado ao longo de 50 anos. Talvez mais importantes do que a reforma do Estado, ou a reforma laboral, ou a reforma do visto, ou a reforma disto ou daquilo fossem as reformas daqueles que trabalharam, que construíram este País e que hoje vivem miseravelmente. Talvez fosse mais importante do que os cravos que estamos aqui a distribuir, talvez fosse mais importante do que os que ontem foram cantar para o Largo do Carmo, a andar com flores para a frente e para trás, a cantar e a levar copos de cerveja de um lado para o outro, que pedíssemos aos nossos autarcas que não fossem corruptos e que fôssemos capazes de dizer que quem for condenado por corrupção não deve voltar a exercer cargos públicos em Portugal.

*Aplausos do CH.*

A Sr. **Isabel Mendes Lopes** (L): — Exatamente!

O Sr. **Rui Tavares** (L): — Verdade! Como os vossos!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Quem for condenado por corrupção não deve voltar a exercer cargos públicos em Portugal! Talvez isso fosse tão ou mais útil do que qualquer cravo que aqui está em cima. E nunca tantos portugueses — nunca tantos! —, no glorioso Abril do SNS (Serviço Nacional de Saúde) grátis, do direito universal à saúde, da tal Constituição, nunca tantos, na nossa história, tiveram seguros de saúde. Nunca tantos, na nossa história gloriosa, tiveram de pagar, do seu salário, seguros de saúde para terem direito a uma saúde que o País lhes prometeu!

**Vozes do CH:** — Ora bem!

*Protestos do Deputado do PS Eurico Brillhante Dias.*

O Sr. **André Ventura** (CH): — Talvez se tirássemos estes cravos todos, talvez se os levássemos todos pensássemos que mais importante do que festas com cravos é garantir que o tal texto da Constituição, de que tanto gostam, não é um texto para vocês andarem a levar ao colo, à noite, enquanto bebem cerveja!

*Aplausos do CH, de pé.*

É para os portugueses terem direito à saúde, à educação, à habitação, a um salário digno, a uma justiça digna. Era para isso que a Constituição deveria servir.

*Continuação de aplausos do CH, de pé.*

O 25 de Abril trouxe-nos também muita da liberdade que desfrutamos e formou, e deixou formar, cidadãos apáticos e incapazes de fomentar a crítica.

Enquanto falamos de liberdade, assumimos normalmente que alguns queiram ilegalizar partidos, mesmo que sejam os maiores ou os segundos maiores do Parlamento.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Enquanto se diz «liberdade, liberdade, liberdade»: ilegalização para aqueles com quem não concordam, prisão para aqueles que dizem aquilo de que não gostam e processos judiciais para quem proclama para o País aquilo de que não gostam.

É a liberdade que eles sempre quiseram! Porque não era a liberdade de todos, era a liberdade de cinco ou seis deste lado.

*O orador apontou para a bancada à sua direita.*

Agora é de 60, de 80! E vocês serão vencidos nesta luta da liberdade e da democracia.

*Aplausos do CH, de pé.*

Agora é de uma Casa grande, é de uma direita grande, que não vai desistir até conseguir transformar a liberdade.

*Continuação de aplausos do CH, de pé.*

Querem museus e querem escolas. Querem museus do 25 de Abril e querem escolas. Não lhes bastou gastarmos 5000 € por mês em salários, para o 25 de Abril e para as comemorações de dois anos do 25 de Abril! Um milhão de euros gastos com comissões de celebração do 25 de Abril.

Querem mais museus e querem mais história, mas não querem honrar a nossa história. E enquanto pedem museus, enquanto pedem que se abram mais barracas por aí fora, enquanto fazem isso, esquecem. Eu sei que eles estão aqui, hoje, também, estes que também são a nossa história: homens e mulheres que lutaram numa guerra em que não deviam, evidentemente, mas lá estavam! Lá cumpriram o seu dever! Hoje, não têm nada, e dão-lhes miseráveis cartões de saúde, a eles e às famílias.

*Aplausos do CH, de pé.*

Eles são parte da nossa história, são parte da nossa vida, são parte da nossa vida coletiva. A todos os antigos combatentes deste País, a todos os que regressaram das nossas antigas províncias, a nossa homenagem mais sentida deste Parlamento.

*Continuação de aplausos do CH, de pé.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, quis a história que esta celebração do 25 de Abril acontecesse num contexto de reforma laboral e de reforma do Estado. Devemos deixar claro o que queremos e ao que vimos: precisamos de, e o Chega quer, uma reforma do Estado.

O País precisa de uma reforma do Estado. O País precisa de melhor trabalho e precisa de melhor economia no trabalho; precisa de mais investimento e de mais crescimento.

Há, porém, duas coisas que nunca poderemos aceitar, e que devem ser ditas, aqui também, neste 25 de Abril. Nunca poderemos aceitar que nenhuma reforma seja mais facilitadora da corrupção do que o que temos hoje, num País cujos índices de perceção da corrupção estão atrás dos da Arábia Saudita e dos do Botsuana.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Repito, num País onde os índices de perceção da corrupção estão atrás dos do Botsuana e dos da Arábia Saudita. Não podemos ter reformas que aumentam ainda mais ou facilitam essa corrupção.

Tal como não podemos fazer reformas para tirar a ideia e a base sustentável do que é o trabalho. Tivemos, durante anos a mais, um País para quem não fazia nada. Quem trabalha, quem tem todos os dias de sustentar este País, seja por turnos, seja em horas extraordinárias, seja no dia a dia do trabalho duro não nos permitirá uma reforma que lhe tire os direitos e aumente a precariedade.

Temos de fazer diferente, sendo de direita ou de esquerda. Durante anos falaram de trabalho e de trabalhadores. Nós representamos o trabalho e os seus trabalhadores!

*Aplausos do CH.*

Sr. Presidente e Srs. Deputados, uma nova classe de silenciados nasceu em Portugal, nos últimos anos. Uma nova classe de pessoas a quem também prometemos dar um País melhor e não conseguimos: a mãe que quer pôr o filho na creche, mas não consegue,...

**Vozes do CH:** — Vergonha!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... porque lhe dizem que há imigrantes que têm prioridade sobre essa creche.

*Protestos de Deputados do PS e do L.*

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mentira!

O Sr. **André Ventura** (CH): — A mãe a quem dizem que não pode pôr o filho na creche porque outros imigrantes têm prioridade.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Falso!

O Sr. **André Ventura** (CH): — O pequeno empresário, sufocado em impostos, no segundo país da OCDE (Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Económico) com maior fiscalidade sobre as empresas.

O Sr. **Pedro dos Santos Frazão** (CH): — Ora bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — As forças de segurança, que se cansam de agir, porque às tantas tem mais direitos o bandido que os agride do que eles, para poderem fazer alguma coisa; que se cansam de serem sempre maltratados, humilhados e tratados como lixo e pensam que é melhor não fazer nada, que mais vale deixar o crime andar por aí. Pensam: «Vou prejudicar-me, a mim e à minha família, quando não me deixam exercer a autoridade do Estado?» — esses também são os silenciados de Abril.

O casal que quer comprar casa, mas a quem é dito que a câmara só construiu para ciganos e que, portanto, eles não têm direito a ela.

**Vozes do CH:** — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esses também são os silenciados de Abril!

**Vozes do CH:** — É verdade!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Aqueles que querem uma cultura, mas quando a cultura não é de esquerda acabam os apoios do Estado e das câmaras municipais, acaba tudo aquilo que era a beleza da cultura e a beleza de Abril.

A Sr.<sup>a</sup> **Felicidade Vital** (CH): — Certo!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Esses também são os esquecidos de Abril. Esses também são aqueles que foram derrotados por uma cultura que se impôs sempre para o mesmo lado, sempre para destruir, sempre para empobrecer, sempre para corromper. E nós temos o direito, digo mais, como dizia Sá Carneiro, nós temos o dever — além do direito, temos o dever! — de dar voz a esses silenciados.

Estes são os novos revoltosos das novas manhãs e das novas madrugadas. Estes são os que olham para nós e não veem solução.

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — Estes são os que olham para o Parlamento e abanam, tremem quando veem o que aqui fazemos, ou o que não fazemos. Estes são aqueles a quem nós, agora, nestas manhãs que não são as de 1974, são as de 2026, temos de dar resposta.

Há todo um povo de milhões, aqui e espalhado pelo mundo, que não quer mais cravos, nem mais flores, que não quer conversa nem cerimónias vazias, que não quer gastar milhões em cerimónias,...

O Sr. **Filipe Melo** (CH): — Muito bem!

O Sr. **André Ventura** (CH): — ... nem em festejos, nem em quadros; um povo que quer, de uma vez por todas, ter voz.

Nós temos o dever de ser a voz desses que perderam a voz; de ser a voz, não de Abril, mas de maio, de junho, de julho, de agosto, e daí até dezembro, porque Portugal é todos os dias e os portugueses querem de nós a luta todos os dias.

Continuaremos, ganharemos e não nos esqueceremos dos que nos apunhalaram pelas costas.

*Aplausos do CH, de pé.*

O Sr. **Presidente:** — Para uma intervenção, tem a palavra o Sr. Deputado Hugo Soares, do Partido Social Democrata.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Eanes, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Assunção Esteves, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Embaixadores, Ilustres Convidadas e Convidados, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados: Abril não é dos cravos verdes nem dos cravos vermelhos.

*O orador ergueu, primeiro, o cravo verde depositado na tribuna pelo orador anterior e, de seguida, um cravo vermelho.*

Abril é da bandeira de Portugal. Abril é de Portugal.

*Após erguer os dois cravos em conjunto, o orador colocou-os na tribuna.*

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Aquele dia cravou na memória sons que não se ouviram: o silêncio dos cravos, em vez das balas; o silêncio das lágrimas, em vez dos gritos; o silêncio ensurdecedor de uma esperança proclamada.

A coragem de tantos que lutaram pela liberdade, que hoje defendemos, tem agora outras declinações, novas formas de coragem. Hoje, como antes, a coragem não está em aderir ao pensamento dominante; hoje, como antes, não está em acompanhar as modas ou as tendências; hoje, a coragem está em enfrentar os extremismos, a demagogia e os divisionismos. Hoje, há mais divisão e, por isso, mais desafios. Há menos paciência para o diálogo e, por isso, mais tentação para o conflito.

Numa palavra, é preciso ter coragem para cumprir Abril. Era disto que falava Nuno Morais Sarmento, que aqui homenageio, quando dizia: «Abril não é revolução, Abril é evolução.»

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

Cumprir Abril é a coragem de dizer «não», acreditando que, como escreveu Manuel Alegre, há sempre alguém para resistir e dizer não. E hoje somos nós a dizer «não». A dizer «não» aos populismos, de direita e de esquerda. A dizer «não» ao radicalismo, venha de onde vier. A dizer «não» à pobreza e à exclusão. A dizer «não» à indiferença e à desigualdade. Mas também a dizer «não» ao imobilismo!

Dizer «não» ao imobilismo é cumprir Abril, e para isso, para vencer o marasmo, para romper a mansidão, também é preciso saber dizer «sim». Dizer «sim» a baixar os impostos sobre os trabalhadores,...

*Risos e protestos do CH.*

... designadamente os mais jovens, e sobre as empresas. Dizer «sim» para aumentar salários, aumentar pensões e aumentar o complemento solidário para idosos, e acabar com injustiças na sua atribuição. Dizer «sim» a garantir a segurança de pessoas e bens e reforçar a autoridade dos professores na escola pública e a sua qualidade. Dizer «sim» a garantir o acesso, a todos, ao Serviço Nacional de Saúde, mas não desperdiçar a capacidade instalada no setor social ou no setor privado.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Dizer «sim» a receber com humanismo, mas regulando a imigração. Dizer «sim» ao diálogo — são já, como sabem, mais de 40 acordos com representantes de trabalhadores da Administração Pública, um acordo tripartido na concertação social e, como as Sr.<sup>as</sup> e os Srs. Deputados sabem, muito, muito diálogo neste Parlamento.

Cumprir Abril é emprego, é salário, é qualidade de vida, é poder local, é autonomia regional. Hoje, também é preciso coragem para dizer «sim».

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados e Excelências, cumprir Abril é sermos democratas plenos, é viver a democracia na sua plenitude. O democrata pleno é o que festeja o 25 de Abril e celebra, sem dúvidas, o 25 de novembro.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O democrata pleno é o que saúda os Capitães de Abril, mas não esquece a memória de Pires Veloso ou de Jaime Neves.

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O democrata pleno combate o radicalismo, mas aceita o veredito do povo.

O povo não é o que nos convém. O povo é sempre soberano. Digo, com a liberdade de quem Abril também lhe pertence: o povo é quem mais ordena. Sempre! Mas repito: o povo não é quem mais ordena só quando convém a alguns. O povo é sempre quem mais ordena!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

O democrata inteiro é o moderado que não polariza, não divide; antes, junta, soma, agrega. É o que atua nesse chão comum que nos une a todos, alicerçado na coragem de não nos resignarmos.

O democrata pleno aceita a diferença. O democrata pleno não se arroga dono da liberdade, porque sabe — o democrata inteiro e pleno sabe que tem de saber! — que a liberdade não é para alguns, a liberdade é de todos. E isto também é cumprir Abril.

E o que dizer de nos despedirmos de preconceitos ideológicos que só tribalizam? A ala esquerda tem medo da palavra «pátria», a ala direita baniu a palavra «humanismo». A ala esquerda receia hoje a palavra «autoridade», a ala direita parece esquecer a doutrina social da Igreja e o respeito ao próximo.

**Vozes do CH:** — Oh!...

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Num Parlamento como este, que o povo soberano escolheu — sim, o povo é sempre quem mais ordena! —, em que temos uma esquerda mesmo cada vez mais preconceituosa e uma direita cada vez mais radicalizada, o humanismo transformador, esse, está mesmo na moderação. Na nossa moderação!

*Aplausos do PSD e do CDS-PP.*

A nossa moderação para cumprir Abril.

Sr. Presidente da República, Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Excelências, foram e são muitos os que cantaram e cantam Abril: do nosso, vosso, Jorge Palma, que se encosta a mim enquanto houver estrada para andar; ao nosso, vosso, Paulo de Carvalho, que quis saber quem somos; ou a Zeca, que é de todos, que queria que trouxéssemos um amigo também. Mas é à *Pedra Filosofal* que vou buscar a nossa definição: Abril é o sonho que comanda a vida, e sempre, mas «sempre que um homem sonha, o mundo pula e avança como bola colorida entre as mãos de uma criança».

Há dias, a Assembleia da República homenageou um nome maior da nossa cultura: Ruy de Carvalho. Terminei, citando-o, bem do alto dos seus 99 anos. Dizia Ruy de Carvalho: «A democracia, amá-la e estimá-la. Acima de tudo, a democracia e a liberdade são as coisas mais belas que um homem pode ter. Por isso é que não entendo ser possível não ser democrata».

Cumprir Abril é cumprir Portugal!

*Aplausos do PSD, de pé, e do CDS-PP.*

O Sr. **Presidente**: — Agora é a vez da intervenção do Presidente da Assembleia da República.

Sr. Presidente da República, Sr. Primeiro-Ministro e demais Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Presidentes dos Tribunais Superiores, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.<sup>a</sup> Presidente Assunção Esteves, Sr.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Manuela Ramalho Eanes, Autoridades Cívicas, Militares e Religiosas, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Embaixadores, Caros Capitães de Abril, Ilustres Convidadas e Convidados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Portuguesas e Portugueses: Estamos quase a encerrar um ciclo de celebrações, meio século do 25 de Abril, do 25 de Novembro e da Constituição — cinquenta anos de democracia que têm sido assinalados nesta Casa, mas não só nesta Casa! Nas redes sociais, na televisão, na rádio e mesmo à mesa das refeições, os portugueses discutiram as efemérides históricas com uma estranha atualidade.

Ao que assistimos nestes meses não foi só a um debate sobre o passado, foi também a uma reflexão sobre o presente e o futuro da nossa democracia, e isso é, a todos os títulos, extraordinário.

Mais revisão constitucional, menos revisão constitucional, mais palavras inflamadas, menos palavras inflamadas, a verdade é que, 50 anos depois, a esmagadora maioria dos portugueses quer este regime e gosta deste regime. Repito: quer este regime e gosta deste regime!

*Aplausos do PSD, do PS, da IL, do L, do BE e de Deputados do PCP.*

Mas isso não significa que ache que tudo está bem.

Se analisarmos os números da participação eleitoral e os estudos de opinião, conseguimos concluir que a maioria dos portugueses gosta da política. Aparentemente, só não gosta, ou desconfia, dos políticos.

Dito assim, pode parecer estranho, mas deixem-me aproveitar, já que estamos a terminar estas celebrações, para dizer estas coisas inconvenientes e pouco populares: há um discurso fácil contra a política e contra o sistema que pode pendurar-se na desconfiança e fazê-la crescer.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é altura de admitirmos a possibilidade de o problema português não ser a Constituição, o capitalismo, o regime, as instituições ou o funcionamento da democracia; o problema pode estar também em nós, os políticos. A começar por esta ideia de que há eleitos e eleitores, governantes e governados, gente que manda e gente que é mandada; esta ideia — tão propagada e generalizada em discursos mais populistas ou populares — de que há uma casta, às vezes chamada de «elite», e que nós, aqui hoje sentados, somos essa casta ou elite.

Nada de novo! A ideia atravessou diferentes séculos, diferentes contextos políticos, países e ideologias, mas aqui está, bem viva, e materializa-se naquela malfadada expressão que, num momento ou outro, todos aqui já utilizamos: «o País real».

Sim, todos nós já cometemos o pecado de assumir que lá fora existe um País real, com portugueses verdadeiros, e que cá dentro temos um País oficial, com portugueses de outra estirpe, casta ou elite. Bem, hoje está mais na moda dizer que vivemos numa bolha, mas o princípio é o mesmo.

Com a franqueza de quem já utilizou várias vezes a expressão «País real», permitam-me que faça de advogado do diabo. Sim, de facto, temos políticos que dedicaram a vida inteira ao serviço público, temos ministros que passaram a Deputados, Deputados que passaram a ministros, às vezes com uma paragem com gestores públicos.

Sim, de facto, 50 anos depois, já temos os filhos dos políticos a fazer política.

Sim, de facto, temos políticos cada vez mais profissionais e um regime de incompatibilidades que obriga à profissionalização dos políticos.

Sim, de facto, temos cada vez mais políticos que começaram nas juventudes partidárias e continuaram a carreira sem nunca, diz-se, conhecerem o dito «País real».

Sim, de facto, temos cada vez mais dificuldades em atrair talento para a política.

Não quero, com isto, provocar ninguém em particular, mas todos, todos em geral. Quero lembrar que estes factos ou padrões correspondem à definição exata de «casta» ou de «bolha»; quero apenas lembrar que os portugueses podem ter mesmo razão para sentir desconfiança, ou que, pelo menos, devemos admitir essa possibilidade.

Nos últimos anos, para combater os problemas reputacionais da política, fomos repetindo chavões: é preciso combater os conflitos de interesses; é preciso acabar com as portas giratórias; é preciso exigir transparência; é preciso acabar com a pouca-vergonha das mordomias dos políticos. Repetimos os chavões e fomos tomando medidas.

Medidas dos políticos contra os próprios políticos são sempre muito populares, ou populistas, como hoje se diz. E de repente, discutir o aumento da remuneração dos políticos passou a ser um assunto proibido, um tema de que não falamos, porque não é popular. Esquecemos o velho princípio democrático, que vem desde os tempos de Péricles, de que o serviço público, para atrair os melhores e para ser acessível a todos, ricos ou pobres, deve remunerar bem.

Quisemos acabar com as portas giratórias, porque — imagine-se! — era inadmissível que alguém fosse trabalhar para o setor privado depois de ter estado no serviço público, e de repente temos outras portas giratórias, entre gabinetes e Parlamento, Parlamento e Governos, Governos e Administração Pública, assessorias e órgãos de Estado. Em Portugal temos uma alternância quase plena: nós alternamo-nos a nós próprios.

Quisemos acabar com os conflitos de interesses e criámos um regime de incompatibilidades que, na prática, impossibilita alguém de tutelar a área que conhece e em que trabalhou toda uma vida.

*Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP, de Deputados do PS e da Deputada do L Patrícia Gonçalves.*

Desconfiamos de empresários a tutelar a Economia, de polícias na Administração Interna, de médicos na pasta da Saúde ou de professores na Educação.

Quisemos, e bem, dar condições aos portugueses para desempenharem as funções de Deputados em dedicação plena, mas, com os anos, passamos a olhar com suspeita para quem escolhe trabalhar ao mesmo tempo que é Deputado. É claro que um Deputado médico ainda pode dar consultas, claro que um advogado ainda pode advogar e um quadro intermédio de uma empresa ainda pode ir ao escritório. O Estatuto dos Deputados permite-o, a lei permite-o, mas deixou de ser politicamente correto, como se um Deputado, por trabalhar numa empresa ou num setor de atividade, contraísse automaticamente um conflito de interesses.

*Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

Pode votar um voto de louvor a um rancho folclórico de Vilar de Perdizes, mas é automaticamente suspeito de tráfico de influências se participar num debate sobre o tema que ele domina. Como se o facto de conhecer um setor lhe retirasse autoridade, em vez de acrescentar.

*Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

Quisemos transparência e fizemos por isso. Não bastava declarar os rendimentos, era preciso declarar publicamente se a mulher ou o marido é rico, se o primo é pobre, se o enteado é empresário, se a casa tem elevador, quantas casas de banho tem, se tem empréstimo, se o empréstimo é com taxa fixa...

*Aplausos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

... ou se é bonificado, se o filho anda no colégio, se é o sogro que paga o colégio, se vai ao hospital privado ou público e, indo ao hospital, que tipo de pulseira lhe dão.

*Risos do PSD, da IL e do CDS-PP.*

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Tornamos, tantas vezes, a vida política num *reality show*...

*Risos do PSD.*

... e fomos aceitando a ideia de que os políticos estão a esconder qualquer coisa.

**Vozes do PSD**: — Muito bem!

O Sr. **Presidente**: — Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, os políticos que defenderam e advogaram a presunção de inocência para os cidadãos do dito «País real» são os mesmos que defendem e advogam a presunção de culpabilidade para todos os políticos.

*Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e de Deputados do PS.*

Somos culpados até prova em contrário.

O resultado de tudo isto não é uma política mais aberta à sociedade, é o entrincheiramento da política, a política fechada sobre si mesma, a política a conversar consigo mesma.

Os remédios populistas não abrem a política, fecham-na.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Os remédios populistas não popularizam a política, fazem-na mais elitista.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Conhecerão, certamente, a frase do Groucho Marx, que não queria pertencer a um clube que aceitasse como membros pessoas como ele.

O nosso trabalho, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, é alargar o clube da política. Alargá-lo tanto que deixe de ser um clube, para reforço da qualidade da nossa democracia.

**Vozes do PSD:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente:** — Temos a responsabilidade de trazer para esta Sala, e para outras de representação democrática, mais pessoas talentosas, competentes e motivadas para servir o País. Pessoas de áreas diferentes, com experiências, percursos e origens diferentes, porque a nossa democracia é, felizmente, interclassista.

O que me leva a uma história final: há dias, fui contactado por um grupo de professoras da Escola Secundária de Palmeiras, na Covilhã, que queriam obter da Assembleia da República um reconhecimento à aluna Lua Afonso, e explicavam no seu texto as razões do pedido. Lua Afonso tem 18 anos, é uma aluna brilhante, com 20 valores a todas as disciplinas e exames nacionais. É também pianista e atleta de competição, integrando a Seleção Nacional de Skyrunning, e venceu o Concurso Nacional de Leitura. Além de tudo isto, estará no próximo verão nos Estados Unidos a representar a Europa na final mundial da International Space Design Competition, uma iniciativa da NASA (National Aeronautics and Space Administration).

A Lua Afonso não pôde estar nesta sessão solene — está neste momento em Ponte de Sor, num projeto da Agência Espacial Portuguesa —, mas escreveu-me a falar de tudo isto: do seu percurso, desde a Serra da Estrela à descoberta do espaço; do valor que dá à liberdade, ao trabalho e à responsabilidade; e do desejo que tem de contribuir para a participação pública dos jovens.

Acredito que o 25 de Abril, a data maior da nossa democracia, não deve perder-se em debates sobre o passado, em balanços e comparações, juízos e opiniões.

O 25 de Abril é presente e futuro. Cumpre-se quando jovens como Lua Afonso, que terá um futuro e uma carreira brilhantes pela frente, encontrem espaço para participar na política...

*Aplausos do PSD, da IL, do L e do CDS-PP.*

... porque o serviço público não pode dispensar os melhores.

Talvez este deva ser o foco da nossa sessão de hoje, ou, pelo menos, devemos admitir essa possibilidade.

*Aplausos do PSD, da IL, do CDS-PP e do PAN, de pé, do JPP e de Deputados do PS.*

*O Deputado do PS Pedro Delgado Alves permaneceu de pé, voltado de costas para a Câmara.*

Vai usar da palavra S. Ex.<sup>a</sup> o Presidente da República.

O Sr. **Presidente da República** (António José Seguro): — Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr. Primeiro-Ministro, Sr. Presidente Marcelo Rebelo de Sousa, Sr.<sup>a</sup> ex-Presidente da Assembleia da República Assunção Esteves, Srs. Presidentes dos Tribunais Supremos, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Governo, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Membros do Corpo Diplomático, Excelentíssimas Autoridades Cíveis, Militares e Religiosas, Ilustres Convidados, Minhas Senhoras e Meus Senhores: A liberdade é tão natural como a nossa vida. A liberdade, a igualdade, a justiça social, a democracia, são valores que fazem parte da nossa identidade coletiva. São os elos que dão coesão à nossa sociedade, como se fossem uma segunda terra-mãe, o nosso chão comum, como tanto gosto de lhe chamar.

O ponto de partida, o 25 de Abril de 1974, é de valor inquestionável. Reúne um apoio esmagador, intergeracional e que, de tão virtuoso, assumimos como natural, tão natural como o ar que respiramos.

*Aplausos do PS, do L e do JPP.*

É o caso desta sessão solene. O que ouvimos hoje, nesta Assembleia, é Abril. Todas e todos puderam manifestar as suas opiniões devido à liberdade de pensamento e de expressão conquistadas em Abril.

Todos podem escolher livremente os seus representantes na Assembleia da República, como sucedeu há exatamente 50 anos com as primeiras eleições legislativas. Somos iguais e livres no pensar, no agir, no criar, no ser e no amar. Esta é a liberdade que o 25 de Abril nos deu.

Cito José Gil quando diz que «o discurso que pretende fundar a igualdade refere-se a um acontecimento universal, o nascimento», com o princípio de que «todos os homens, nascem livres e iguais.» Ou, nas palavras de Eugénio de Andrade, poeta e voz de uma geração que nunca desistiu da liberdade: «Não nascemos para ser servos. Nascemos para ser cidadãos.»

De certa forma, o 25 de Abril, em termos coletivos, foi isso: um nascimento, «o dia inicial, inteiro e limpo» de Sophia, onde todos nos sentimos livres e iguais.

Na história portuguesa não há muitos momentos assim. Por isso, nunca é demais a evocação e o agradecimento aos Capitães de Abril, a quem dirijo hoje uma saudação emocionada e um reconhecimento que nunca poderá ser suficiente:...

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

... deram-nos mais do que o fim da ditadura; deram-nos a liberdade de sermos nós próprios, de escolhermos o nosso caminho.

*Aplausos do PS, do L, do PCP, do BE, do PAN e do JPP.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, Isaiah Berlin lembrava-nos que a liberdade tem pelo menos duas dimensões: a liberdade «de», a ausência de coerção; e a liberdade «para», a capacidade de cada um realizar o seu potencial. John Stuart Mill ensinava que «sobre si mesmo, sobre o seu próprio corpo e mente, o indivíduo é soberano». E Hannah Arendt via na liberdade não apenas uma condição individual, mas uma prática coletiva: a capacidade de agir em conjunto no espaço público.

A liberdade é, assim, mais do que um conceito abstrato; é a possibilidade concreta de escolher, de falar, de criar, de discordar, sem medos. É a dignidade de cada pessoa reconhecida e protegida.

Numa democracia, a liberdade não é um acessório; é o seu fundamento. Sem liberdade de expressão, não há debate; sem liberdade de imprensa, não há escrutínio; sem liberdade de associação, não há participação.

Na vida de cada pessoa, a liberdade traduz-se em oportunidades reais: estudar, trabalhar, amar, pensar, acreditar ou não acreditar, sonhar e construir.

Mas a liberdade não vive isolada, está profundamente ligada à paz. Num tempo em que assistimos com inquietação a guerras que devastam países e destroem vidas, compreendemos melhor esta ligação.

A liberdade é também inseparável da cultura. Uma sociedade livre é uma sociedade que cria. A cultura floresce onde há liberdade de pensamento e de expressão. Sem liberdade, a cultura empobrece; com liberdade, ela torna-se um espaço de encontro, de diversidade e de imaginação.

A liberdade é igualmente condição indispensável para o progresso científico. Onde não há liberdade académica, o conhecimento estagna e a inovação esmorece. Sociedades livres são aquelas que permitem aos seus investigadores pensar sem medo, errar, testar e descobrir. É assim que se constrói o futuro de um país.

Vivemos também numa era em que os algoritmos e sistemas de inteligência artificial influenciam cada vez mais as nossas escolhas. A liberdade, neste contexto, exige transparência, responsabilidade e escrutínio democrático sobre estas tecnologias.

Não podemos aceitar que decisões com impacto na vida das pessoas sejam opacas ou incompreensíveis. A liberdade implica garantir que a tecnologia serve o ser humano, e não o contrário.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

A liberdade também exige responsabilidade e instituições íntegras. Não há verdadeira liberdade sem transparência no exercício dos cargos públicos.

*Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.*

Os cidadãos têm o direito de saber como são tomadas as decisões que afetam as suas vidas. A transparência dos donativos políticos é essencial para garantir uma democracia saudável e justa.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PCP.*

Quando o financiamento é claro e acessível, os cidadãos conseguem compreender quem apoia quem e com que interesses.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República:** — Tornar públicos os donativos não é uma questão administrativa, é um compromisso com a ética e respeito pelos portugueses.

*Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.*

Porque onde há opacidade cresce a suspeita, onde há clareza fortalece-se a legitimidade.

*Aplausos do PS, com os Deputados Isabel Alves Moreira e Pedro Delgado Alves de pé.*

A liberdade exige justiça a tempo e horas. Quando os processos e os julgamentos se arrastam indefinidamente, a confiança dos cidadãos é corroída e é a própria liberdade que fica comprometida.

*Aplausos dos Deputados do PS Isabel Alves Moreira e Pedro Delgado Alves.*

O combate à corrupção é outra prioridade inadiável. A corrupção distorce a vontade democrática, desvia recursos que pertencem a todos e mina os alicerces do Estado de direito. Combater a corrupção é defender a igualdade, a justiça e, em última análise, a liberdade.

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

Não podemos esquecer: a liberdade é inseparável da dignidade material das pessoas. A pobreza limita escolhas, condiciona oportunidades e muitas vezes silencia vozes. Quem vive na precariedade extrema não é plenamente livre para decidir o seu caminho.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República**: — Combater a pobreza, reduzir desigualdades e garantir condições de vida dignas não são apenas objetivos sociais — são exigências fundamentais de uma sociedade verdadeiramente livre.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PCP.*

Livre e justa! E confesso mais uma vez, a este propósito, que tenho muita dificuldade, tenho mesmo muita dificuldade em compreender que as mulheres ganhem menos do que os homens no desempenho da mesma atividade, pelo facto de serem mulheres.

*Aplausos do PS, da IL, do L, do PCP, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.*

Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, dirijo-me agora, em particular, aos jovens portugueses. Sei que vários dos desafios que enfrentam são duros. É verdade que é a geração com mais instrumentos, mais conhecimento e mais conexões do que qualquer outra na história do nosso País. No entanto, o presente está a hipotecar o futuro dos mais jovens.

Não é justo, não é aceitável que continuemos a tratar as alterações climáticas como um problema de amanhã. Com as intempéries que atingiram várias regiões de Portugal, recebemos o alerta de que o amanhã já chegou. O clima não espera pelo calendário político, pela conveniência egoísta de algumas gerações ou pelos interesses de alguns setores económicos.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PCP,*

Os jovens de hoje são os que melhor compreendem esta urgência e os que estão mais capacitados para a enfrentar. Todos nós temos a obrigação de deixar um legado de qualidade de vida aos nossos filhos, e o Estado tem a obrigação de corresponder ao desejo das novas gerações de combater o desafio das alterações climáticas.

Também não podemos esquecer ou deixar no silêncio outros fenómenos que surgem com maior incidência nas gerações mais novas, como é o caso da saúde mental. Um sofrimento de silêncios: nas estatísticas, nas salas de aula, no emprego, nas famílias. O sofrimento de uma geração que está a crescer nas incertezas de uma pandemia, do clima, das guerras ou do trabalho precário.

Os Governos não podem desprezar novas valências no Serviço Nacional de Saúde e é imperativo reforçar a formação e o investimento na saúde mental.

*Aplausos do PS, do L, do BE e do JPP.*

A liberdade de hoje, em particular dos mais jovens, é também a liberdade de ter uma habitação digna, sem a qual o projeto de vida das novas gerações fica suspenso.

Temos hoje jovens que trabalham e, aos 30 anos, ainda vivem na casa dos pais, por impossibilidade de adquirirem ou arrendarem uma habitação. Isto não é apenas um problema de mercado. É um direito que o Estado tem de salvaguardar, é uma exigência da liberdade.

*Aplausos do PS do L, do BE e do PAN.*

Temos hoje jovens licenciados, com mestrados e doutoramentos, cujas competências são valorizadas no mundo inteiro, e em Portugal ganham salários que não chegam para terem uma vida minimamente confortável.

Quando o talento não é recompensado em Portugal, não é só uma injustiça económica, é uma perda irreparável para o País. Nenhum país se constrói assim e nenhum Presidente pode aceitar isso em silêncio. Eu não o aceito!

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

Tudo devemos fazer para que os jovens encontrem em Portugal o lugar onde querem construir as suas vidas. Se Portugal deu novos mundos ao mundo, hoje, temos a obrigação de dar novos mundos aos portugueses, aqui, em Portugal.

Caros jovens, eu não venho pedir-vos que amem o 25 de Abril. Não tenho esse direito. Ninguém ama por decreto ou procuração aquilo que não viveu. Quero apenas dizer-vos, de um modo simples: quando deixaste de ser obrigado a combater, a ir para a guerra, foi Abril; quando conduzes um carro e não precisaste da autorização do teu marido ou da família, foi Abril;...

*Aplausos do PS e do L.*

... quando és mulher e viajas sem ter de pedir autorização ao teu companheiro, foi Abril; quando optas por uma carreira de magistrado ou diplomata e és mulher, foi Abril;...

*Aplausos do PS, do L e do BE.*

... quando a tua mãe e o teu pai foram à urgência e não lhes pediram que pagassem antes de serem tratados, foi Abril; quando a tua liberdade apela a propor, participar ou assinar uma petição, foi Abril;...

*Aplausos do PS.*

... quando leste ou partilhaste uma notícia crítica do poder e ninguém te bateu à porta, foi Abril;...

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN e do JPP.*

... quando votaste ou decidiste não votar, sem medo de represálias, foi Abril.

Abril está nos gestos. Faz parte da tua vida, porque tens liberdade.

Mas há uma coisa que a minha geração aprendeu: a liberdade não desaparece de uma só vez, desaparece aos poucos. Primeiro, é uma lei que parece razoável; depois, uma instituição que se esvazia por dentro; depois, uma voz que deixa de se ouvir; depois, outra.

O perigo para a democracia raramente chega como nos filmes. É mais frequente afirmar-se com argumentos que parecem inofensivos e, nos dias de hoje, também com algoritmos.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.*

Meus caros jovens, sei que muitos de vós desconfiam da política. Percebo as razões. Sim, a democracia tem falhas, às vezes desilude, mas ainda é o único lugar onde a nossa voz conta de verdade. Fora dela não há mais justiça nem mais liberdade. Há silêncio, há medo e imposição.

*Aplausos do PS, do L e do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.*

Se queremos uma política melhor, não é afastando-nos da política que a mudamos — é participando, tendo coragem para a transformar por dentro. Por isso, o meu apelo aos jovens é simples: estejam atentos.

Quando virem um direito fundamental ser anulado, denunciem alto o que viram. Quando a intolerância esmaga a cidadania, espalhem o alerta, porque rapidamente a noite se apodera do dia. Quando ouvirem a palavra «liberdade» ser usada para a restringir, defendam-na.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PSD e da IL.*

Quando sentirem que o insulto substitui o diálogo, continuem a dialogar. Quando sentirem que a vossa voz não conta, não se calem, falem mais alto.

Abril não precisa de guardiões solenes. Precisa de cidadãos atentos, livres e com capacidade crítica.

**Vozes do PS:** — Muito bem!

O Sr. **Presidente da República:** — Sr. Presidente, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, a liberdade sente-se quando os nossos jovens podem falar sem medo, mas perde-se quando o silêncio se instala por conveniência ou indiferença.

A liberdade vive quando participam, mas enfraquece quando se afastam. A liberdade constrói-se quando escolhem, mas desaparece quando outros passam a escolher por vós. Está nas vossas mãos defendê-la nos gestos concretos do dia a dia: quando recusam a desinformação e procuram a verdade; quando enfrentam o discurso de ódio com coragem; quando participam na vida democrática, votando, debatendo, exigindo; quando não aceitam a corrupção como inevitável; quando lutam por igualdade de oportunidades, para vós e para os outros.

Não sejam espectadores da democracia, sejam protagonistas. Não se resignem. Não se calem. Não desistam.

Cada geração tem o seu teste, este é o vosso: garantir que a liberdade não enfraquece, não recua, não se perde.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do JPP e de Deputados do PSD.*

Cuidar da liberdade é exercê-la com coragem, é defendê-la com determinação, é transmiti-la inteira e mais forte à geração seguinte.

A liberdade que hoje vivem foi conquistada com coragem, sacrifício e, em muitos casos, com vidas interrompidas. Não a tratem como garantida. Não a aceitem como algo que sempre existiu e, por isso, sempre existirá. A história ensina-nos o contrário e o presente, em tantas partes do mundo, confirma-o todos os dias.

Hoje, quando vemos a democracia ser testada dentro e fora das nossas fronteiras, não podemos hesitar: ou a defendemos com coragem ou arriscamo-nos a perdê-la em silêncio.

*Aplausos do PS, do L, do BE, do PAN, do JPP e de Deputados do PSD.*

Sr. Presidente da Assembleia da República, Sr.<sup>as</sup> e Srs. Deputados, tenho 64 anos; tinha 12 anos quando o 25 de Abril aconteceu. Não o compreendi nesse dia. Fui compreendendo ao longo da minha vida: nas utopias onde me envolvi, nos direitos que conquistei, nas batalhas que ganhei e que perdi, nas pessoas que vi sofrer quando as promessas de Abril não chegaram a tempo.

Sou Presidente porque esse dia existiu. Exercerei os meus poderes e tudo farei de forma que valha a pena ter acontecido. É tudo isso o que vos posso prometer. E é tudo o que Abril pede.

*Aplausos do PSD, do PS, do L, do CDS-PP, do BE, do PAN e do JPP, de pé, e de Deputados do CH e da IL.*

O Sr. **Presidente:** — Está encerrada a Sessão Solene Comemorativa do LII Aniversário do 25 de Abril de 1974, vamos ouvir o hino nacional.

*A Banda da Guarda Nacional Republicana executou o hino nacional, que foi cantado e aplaudido, de pé, pelos presentes.*

*Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.*

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.